

Às
Impugnantes,

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 0160-26 - Ata de registro de preços para o futuro fornecimento de softwares diversos, atendendo as demandas recorrentes da ITAIPIU subdivida em 02 (dois) Lotes.

Assunto: Impugnação - Pedido Indeferido.

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPIU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (Artigo III, do Estatuto da ITAIPIU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

A ITAIPIU possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (Artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPIU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPIU, aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública. Pelo mesmo motivo, a binacional não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU). Inclusive, os temas já foram objeto de decisões do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF)¹.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V. Sa, passamos a analisar vossas insurgências, que em suma, pleiteiam a alteração do Edital mediante a fragmentação dos Lotes 1 e 2, sob a alegação de que determinados itens poderiam possuir exclusividade de vendas autorizadas ou parceiros credenciados, o que, em tese, limitaria a competitividade do certame.

Contudo, a ITAIPIU entende que a manutenção dos Lotes 1 e 2, não restringe o caráter competitivo da licitação, uma vez que: (i) previamente ao lançamento do certame foi realizada pesquisa de mercado, por meio da qual se constatou a existência de fornecedores aptos a atender integralmente às exigências previstas no CBC e em seus anexos; (ii) eventual interessada que não disponha, isoladamente, de todos os itens de determinado lote poderá realizar a prospecção dos produtos faltantes no mercado, viabilizando, assim, sua participação no certame; iii) O formato da licitação estruturado em dois lotes foi definido com base em

¹ITAIPIU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº1/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPIU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

critérios técnicos, econômicos e operacionais, considerando não apenas a fase de seleção do futuro fornecedor, mas igualmente os impactos na futura execução contratual. Assim, além da viabilidade técnica da divisão adotada, levou-se em conta que o instrumento decorrente do certame será uma ata de registro de preços. Nesse contexto, o acolhimento do pleito da impugnante, no sentido de se promover a divisão em lotes individualizados por item, implicaria a realização de procedimento licitatório contendo até 13 (treze) lotes distintos. Tal medida acarretaria a condução de certame sem a celeridade necessária, além do risco de formalizar até 13 (treze) atas de registro de preços, o que resultaria em perda de economia de escala, aumento dos custos administrativos de gerenciamento e maior complexidade operacional. Esse cenário mostra-se incompatível com os princípios da celeridade e da eficiência administrativa, que devem pautar as contratações da ITAIPU.

Diante do exposto, a ITAIPU indefere a impugnação apresentada.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,

DANIELE TASSI SIMIONI GEMAEI
Superintendente de Compras

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº 2/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/632A-12A8-9878-2484> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 632A-12A8-9878-2484



Hash do Documento

526BA49504AFC822FFC75ABB8D4F800A6B2380E526CDE88549238AFF8993FD72

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2026 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemael (Signatário) - 023.***.***-04 em
29/04/2026 16:34 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital